

economia

Minha Casa Minha Vida ganha faixa até R\$ 500 mil

Poderão financiar imóveis famílias com renda mensal até R\$ 12 mil

/ HABITAÇÃO

O Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem a criação de uma nova faixa no Minha Casa Minha Vida, com imóveis entre R\$ 350 mil e R\$ 500 mil.

Na nova faixa, poderão financiar residências famílias com renda mensal até R\$ 12 mil.

Os recursos para a criação da faixa no programa habitacional deverão sair do Fundo Social do Pré-Sal (R\$ 15 bilhões). Eles foram destinados para a Faixa 3 do programa. Isso criou um espaço similar no FGTS, fonte de recursos usada anteriormente, que foi

destinada para a nova faixa.

O Ministério das Cidades estimou que com a nova faixa, 120 mil famílias serão incluídas no programa. Nela, os recursos do FGTS serão limitados a 50% do valor financiado. O restante deverá vir dos bancos que operam o empréstimo.

Os juros na nova faixa será de 10% ao ano, menor do que as praticadas no mercado, mas maior do que nos grupos de renda mais baixa atendidos pelo programa habitacional, que vão de 4% a 8,16%.

O Minha Casa Minha Vida tem três faixas. Na faixa 1, a compra é subsidiada com recursos do Orçamento e se destina a famí-

lias de baixa renda. Nas faixas 2 e 3, os juros são mais baixos do que os cobrados no mercado, e o dinheiro vem do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

A medida foi pedida pelo presidente Lula (PT) desde 2023 para contemplar a classe média. Esse estrato social vive um gargalo para adquirir imóveis financiados por conta da escassez de recursos da poupança, uma das principais fontes de financiamento barato para o setor.

No ano passado, a Caixa Econômica Federal, maior financiadora de imóveis no Brasil, teve que endurecer as regras de suas linhas de crédito, diante do risco de os recursos acabarem.



Juros na nova faixa serão de 10% ao ano, menor que as de mercado

A criação da nova faixa no Minha Casa, Minha Vida vem em um momento de queda popularidade do presidente, inclusive no eleitorado de classe média.

Além da criação da nova faixa, a reunião do Conselho Curador também aprovou novos limites de renda para poder se enquadrar no Minha Casa Minha Vida com recursos do FGTS.

O teto de renda para a Faixa

1 será de R\$ 2.850. O da Faixa 2 sobe para R\$ 4,7 mil mensais e o da Faixa 3 vai para R\$ 8,6 mil. A Faixa 4, criada nesta terça-feira, vai de R\$ 8,6 mil até R\$ 12 mil.

O Ministério das Cidades, responsável pela proposta, estimou que com as mudanças nos tetos de renda, cerca de 100 mil famílias vão conseguir migrar para uma faixa com taxa de juros menores.

Governo federal prevê superávit de 0,25% do PIB para 2026

/ CONJUNTURA

Enviado ontem ao Congresso Nacional, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 manteve a meta de superávit primário - resultado positivo nas contas do governo sem os juros da dívida pública. A proposta manteve em R\$ 34,3 bilhões, 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), a meta de superávit primário para 2026. Como o arcabouço fiscal prevê margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para mais ou para menos, em tese o governo poderá encerrar o próximo ano com resultado zero e, ainda assim, cumprir a meta.

Mesmo com a margem de tolerância, o governo prevê que cumprirá a meta com pequena folga. Segundo o projeto da LDO, o superávit

primário ficará em R\$ 38,2 bilhões no próximo ano, R\$ 3,9 bilhões acima da meta.

O texto projeta superávit de 0,5% do PIB para 2027, 1% em 2028 e 1,25% em 2029. Essas estimativas, no entanto, são revisadas a cada ano. Em valores absolutos, o PLDO prevê que o superávit primário poderá variar entre zero e R\$ 73,2 bilhões em 2026, considerando a margem de tolerância. Para 2027, o texto prevê superávit de R\$ 34,3 bilhões a R\$ 91,75 bilhões, com meta de R\$ 73,4 bilhões.

Para 2028, o governo prevê variando de resultado positivo de R\$ 117,97 bilhões a R\$ 196,63 bilhões, com meta de R\$ 157,3 bilhões. Para 2029, o projeto estima superávit primário de R\$ 210,7 bilhões, com o intervalo entre R\$ 158,02 bilhões e R\$ 263,38 bilhões.

O PLDO de 2026 mantém as medidas de revisão de gastos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e nas indenizações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para os próximos anos. A economia total chegaria a R\$ 50,8 bilhões, dividida da seguinte forma: R\$ 9 bilhões em 2025, R\$ 8,9 bilhões em 2026, R\$ 11,4 bilhões em 2027, R\$ 11,9 bilhões em 2028 e R\$ 9,6 bilhões em 2029.

Em relação ao INSS, o governo quer economizar R\$ 3,1 bilhões em 2026, R\$ 3,4 bilhões em 2027, R\$ 3,6 bilhões em 2028 e R\$ 3,8 bilhões em 2029. No BPC, o projeto prevê economia de R\$ 2 bilhões em 2026, R\$ 4,2 bilhões em 2027, R\$ 4,5 bilhões em 2028 e R\$ 2 bilhões em 2029. No Proagro, o projeto estima economia de R\$ 3,8 bilhões por ano de 2025 a 2029.

Pela regra do arcabouço fiscal que limita o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 70% do crescimento real da receita, as despesas federais poderiam subir até 4,44% em 2026, 4,71% em 2027, 3,33% em 2028 e 1,55% em 2029. No entanto, com o teto de 2,5% de crescimento acima da inflação, as despesas subirão 2,5% ao ano até 2028 e 1,55% em 2029.

Em valores absolutos, o governo federal poderá gastar até R\$ 2,431 trilhões em 2026, R\$ 2,586 trilhões em 2027, R\$ 2,736 trilhões em 2028 e R\$ 2,863 trilhões em 2029.

Lula 'joga em várias frentes' para girar economia, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, "joga em várias frentes" para fazer a economia girar, destacando dois principais "produtos": a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil e o empréstimo consignado com o salário como garantia. "Temos na Presidência uma pessoa que está jogando em várias frentes, para formar uma engrenagem que faça economia girar como está girando hoje", disse Haddad.

O ministro falou em visita do presidente Lula às obras da CCR na Serra das Araras, na Via Dutra, entre Rio e São Paulo.

Segundo Haddad, o governo entregou os dois novos instrumentos que "têm de ser bem utilizados para gerar melhores resultados". "Mas tem de escolher bem o banco. Não é para sair tomando dívida se não se tem boa ideia do que fazer com esse dinheiro. Às vezes, os empréstimos têm juro muito alto, e é possível trocar por juro menor. Às vezes, é com agiota. Agora você pode ir para o consignado e

trocar dívida muito cara por uma bem mais barata. E, se prestar atenção, pode pagar menos da metade do juro que está pagando hoje. Isso já beneficiou 1 milhão de trabalhadores no Brasil", continuou.

Haddad elogiou a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na construção do modelo de concessão de rodovias, ao dizer que o banco tem o "papel de organizar o sistema financeiro" para permitir a captação de recursos para obras a juro baixo.

Ele também citou a "inovação" de usar o próprio projeto como garantia para seu desenvolvimento, em alusão ao papel do pedágio na sustentabilidade financeira. "Desenvolver isso é difícil e leva muito tempo", disse Haddad sobre o BNDES.

A obra envolve investimento de R\$ 1,5 bilhão em um traçado com oito faixas (quatro em cada sentido), além dos acostamentos.

Parte é financiada pelo BNDES, advinda da maior emissão de debêntures incentivadas da história do País, R\$ 10,7 bilhões, que servirão a outros projetos da CCR.



MATEUS ANDRE/DIVULGAÇÃO/JC

Mesmo com margem de tolerância, governo estima cumprir meta fiscal